

El amparo para efectos como un obstáculo al debido proceso

Os efeitos de protecção, como um obstáculo ao devido processo

Alejandro Sánchez Sánchez

Universidad Autónoma de Baja California

alexsasacc@uabc.edu.mx

Resumen

La naturaleza jurídica del juicio de amparo es de carácter constitucional adjetiva al establecer el procedimiento para lograr que se respete la parte sustantiva de la Constitución, para ello se requiere la aplicación del principio del debido proceso legal, el cual se encuentra en el artículo catorce de la Constitución Federal. Este establece como condición de validez de una sentencia, el respeto a las formalidades esenciales del procedimiento, originándose a partir de una notificación legal. De esta manera, el amparo para efectos es concedido por un juez cuando no se cumple alguna de las formalidades; sin embargo, es necesario el análisis de las pruebas en el juicio, las cuales podrán ofrecerse solo que se hayan rendido ante la autoridad responsable. Además, para la valoración de estas resultan aplicables las reglas previstas en los artículos 197 al 218 del Código Federal de Procedimientos Civiles, por lo que la confesión expresa en la demanda, cualquier otro escrito o informe de las autoridades, hace prueba plena. Así, se consigue una sentencia de amparo para efectos. Esta, en sentido general, es la decisión de un conflicto que implica evaluar aspectos de legalidad y de constitucionalidad, con lo que se llega a los alcances de las sentencias de amparo, para lo cual es importante determinar si la violación al derecho fundamental es un acto privativo o de molestia pues ello conllevará a los alcances de la sentencia. Un avance en esta temática es el amparo adhesivo, cuyo análisis se deja para otra etapa de la investigación.

Palabras clave: derechos humanos, amparo para efectos, debido proceso legal.

Resumo

A natureza jurídica da liminar é adjetivo constitucional para estabelecer um procedimento para garantir que a substância da Constituição seja respeitada, para que o princípio do devido processo legal, que é encontrada no artigo quatorze é necessária da Constituição Federal. Isso exige, como condição de validade de um julgamento, respeitar as formalidades processuais essenciais, originários de um aviso legal. Assim, o abrigo para efeitos é concedida por um juiz quando estiverem reunidas não uma das formalidades; No entanto, a análise da prova no julgamento, que só podem ser oferecidos se ter rendido a é necessária a autoridade responsável. Além disso, para a avaliação destas regras previstas nos artigos 197 a 218 do Código Federal de Processo Civil, de modo que a confissão expressa na demanda ou qualquer outro relatório escrito às autoridades, faz prova plena. Assim, nos termos do acórdão de efeitos é alcançado. Isso, em geral, é a decisão de um conflito que envolve avaliar os aspectos de legalidade e constitucionalidade, que se trata do âmbito de aplicação das decisões Amparo, para as quais é importante para determinar se a violação do direito fundamental é um ato exclusivo ou desconforto, pois isso vai levar ao alcance do acórdão. Um grande avanço nesta área é o adesivo sob cuja análise é deixado para outra fase do inquérito.

Palavras-chave: direitos humanos, em conformidade com o devido processo legal.
Efeitos

Fecha recepción: Julio 2014

Fecha aceptación: Septiembre 2014

Introdução

O quadro de liberdade dos governados nos Estados Unidos Mexicanos, é estabelecido na parte dogmática da lei fundamental, que reconheceu os direitos fundamentais são estabelecidos e reconhecidos em artigos de primeira para vinte e nove anos, que é a parte substantiva para ele regido pela Constituição. Para isso para garantir o direito processual

constitucional necessária, que está previsto nos artigos 103 e 107 do referido despacho supremo. Artigos de tal garantia processual constitucional conhecida como amparo nascido.

Portanto, a natureza jurídica da liminar é adjetivo constitucional, estabelecer um procedimento para garantir que a parte substantiva da Constituição dos indivíduos que sustentam que habitam os Estados Unidos Mexicanos é respeitada.

O princípio do devido processo é especificamente no artigo quatorze da Constituição Federal, para estabelecer como condição de validade da declaração respeitando as formalidades processuais essenciais, proveniente de um aviso legal para os governados tem adequada defesa mediante o cumprimento das formalidades essenciais do processo, que é um direito fundamental de cada pessoa no México.

O abrigo para efeitos é concedido pelo juiz distrital ou Circuit Court quando estiverem reunidas não uma das formalidades processuais essenciais, isso ocorre porque, além dos artigos 159 e 160 da Lei de pressupostos legais Amparo são feitas eles consideram leis e procedimentos que afetam violaram as defesas dos demandantes.

O problema considerado e que pretende abordar este tema numa primeira abordagem, a comparação entre o direito fundamental do devido processo e à injunção para concluir com uma declaração no sentido de substituir o procedimento quando eles violaram um direito fundamental. Várias questões surgem aqui: a protecção para efeitos constitui um obstáculo para a implementação do direito fundamental do devido processo legal para a protecção, efeitos é garantia processual constitucional adequado para restaurar o direito fundamental do devido processo legal, deveria? prosseguir ou não, a protecção pura e simples quando há uma violação do direito fundamental do devido processo?

Natureza jurídica do amparo

É uma decisão constitucional que é iniciada pela ação exercício de qualquer pessoa perante os tribunais da Federação contra leis ou atos de autoridade, nos casos previstos no artigo 103 da Constituição, que considera uma violação dos seus direitos individuais, dado por pede a declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato ou invalidar a respeito

molificándose que promove, retornando-o para o pleno gozo das referidas garantias foram estupradas.¹ Em um sentido legal e técnico estrito, a garantia constitucional termo a todas as instituições processuais estabelecidos pela regra básica, a fim de restaurar a ordem constitucional quando é violada por um órgão de autoridade.²

Além disso, considera-se que a natureza jurídica da liminar é adjetivo constitucional, porque estabelece o procedimento para fazer a parte substantiva da Constituição que respeite eles detêm os indivíduos que vivem nos Estados Unidos Mexicanos ea autoridade, em geral, é obrigado a respeitar. Esta, a fim de ser restaurado para o direito fundamental individual transgrediu ilegal e inconstitucionalmente. Um exemplo é a figura da extradição internacional, o que significa que a liminar é pedido que o governador possui defesa adequada, cumprindo as formalidades processuais essenciais. Este foi considerado o Plenário do Supremo Tribunal de Justiça da Nação, sob os seguintes critérios legais:

Extradição internacional. O artigo 33³ da lei relativa ao não prevenir um meio ordinário de defesa contra a concessão resolução não viola o direito a uma audiência. Esta disposição, que afirma que a resolução do Ministério dos Negócios Estrangeiros para a concessão de extradição só pode ser contestada pela liminar não viola a garantia do público derivado do artigo 14 da Constituição dos Estados Unidos Mexicanos porque isso não implica a obrigação de estabelecer mais de uma instância, mas decidiu que a defesa tem um cumprimento adequado das formalidades essenciais do processo, de acordo com a jurisprudência P. / J. 47/95 do Tribunal en banc da Suprema Corte de Justiça da Nação, para que, dada a finalidade do processo de extradição, sob a forma de julgamento, seu alívio deve ser acelerada; Além disso, se só se estabelece a fonte de amparo é porque

¹ Chávez Castillo, *Juicio de amparo*, Editorial Porrúa, México, Octava Edición, 2008, Raúl, p.21.

² Carbonell, Miguel, Coor., *Diccionario de derecho constitucional*, Soberanes Fernández, José Luís, *Garantías constitucionales*, Editorial Porrúa y Universidad Autónoma de México, México, 2002, p.262.

³ En todos los casos, si la resolución fuere en el sentido de conceder la extradición, esta se notificará al reclamado. Esta resolución solo será impugnabile mediante juicio de amparo. transcurrido el término de quince días sin que el reclamado o su legítimo representante haya interpuesto demanda de amparo o si, en su caso, este es negado en definitiva, la Secretaría de Relaciones Exteriores comunicará al estado solicitante el acuerdo favorable a la extradición y ordenará que se le entregue el sujeto.

através deste meio extraordinárias de controle constitucional do governado pode alegar a violação de seus direitos individuais.⁴ Assim, amparo ou garantia processual constitucional protege o direito fundamental do devido processo dos autores da denúncia no México. Será que prejudica o devido processo da contraparte!

DUE PROCESS

As obrigações gerais de "respeito" e "garantia" de que todas as autoridades mexicanas do Estado mexicano são necessários, têm motivado uma rica jurisprudência do Tribunal Internacional dos Direitos Humanos na interpretação do artigo 1 da Convenção Americana, em que eles têm Eu vindo a desenvolver o seu conteúdo, alcance e consequências. O conhecimento da interpretação dessa disposição tem feito a Corte Interamericana é essencial, tendo em vista que estas obrigações do tratado são agora explicitamente contida no artigo 1. Constitucional, especialmente em seu terceiro parágrafo, que também estabelece os princípios de universalidade, independência, da indivisibilidade e da realização progressiva dos direitos para orientar suas ações. A este respeito, é importante notar que a jurisprudência da Corte Interamericana tem um efeito direto sobre o sistema jurídico mexicano, que produz uma fonte essencial de renovação do direito processual constitucional, especificamente de 11 de junho de 2011, com a entrada em vigor reforma constitucional transcendental sobre os direitos humanos. As obrigações para com "respeito" e "garantia" analisados tornar-se uma fonte essencial do direito processual constitucional mexicana, que afeta todo o sistema de garantias para dar efeito aos direitos e liberdades fundamentais.⁵

O direito ao devido processo inclui o direito a não ser julgado a partir de provas obtidas fora das normas constitucionais e legais. Exigir a anulação da prova ilícita é uma garantia de que o acusado é assistida durante todo o processo e cuja proteção pode fazer ao tribunal

⁴ Jurisprudencia, P./J. 23/2008, Semanario Judicial de la Federación y su Gaceta, Novena Época, No. Registro 170320, Tomo XXVII, Febrero de 2008, p. 6.

⁵ Lelo de Larrea, Arturo Zaldívar, coord., volumen, *Derecho procesal constitucional*. Ferrer MacGregor, Eduardo y Pelayo Moller, Carlos María, *La obligación de respetar y garantizar los derechos humanos a la luz de la jurisprudencia de la Corte Interamericana. Una fuente convencional del derecho Procesal Constitucional Mexicano*. Editorial Porrúa y Centro de Investigación e Informática Jurídica, México, 2012, pp.241-243.

alegando como fundamentos: (i) do artigo 14 da Constituição, estabelecendo como condição de validade da declaração criminal, respeitar as formalidades processuais essenciais, (ii) o direito de juízes de se comportarem de forma imparcial, em conformidade com o artigo 17 da Constituição e (iii) o direito a uma defesa adequada que qualquer pessoa acusada de acordo com o Artigo 20, inciso IX da Constituição dos Estados Unidos Mexicanos. Neste sentido, o respeito pelo direito de ser julgada por tribunais imparciais e o direito a uma defesa adequada, é claro que um teste cuja preparação tem sido irregular (ou porque eles violam a ordem constitucional ou legal) tem como objectivo, não pode mas ser considerado inválido. Caso contrário, é evidente que o acusado estaria em condição de desvantagem para afirmar a sua defesa. Portanto, a regra de exclusão de provas ilícitas é implicitamente sob a nossa ordem constitucional. Além disso, o artigo 206 do Código de Processo Penal Federal afirma, por outro lado, que qualquer evidência que vai contra a lei deve ser acolhida. Esta deriva da posição preferida dos direitos fundamentais no sistema e sua condição inviolável afirmou.⁶

Assim, considera-se que o direito fundamental do devido processo legal, juntamente com a reforma constitucional acima mencionado, apresentado uma tendência para modificar a liminar para efetuar um acordo mais amplo fiador deve avaliar todas essas violações, que você vê em apreciação de uma liminar, resultando em uma proteção para maiores efeitos proteção constitucional.

DE ACORDO COM OS EFEITOS

O amparo efeitos é concedido pela autoridade federal, ou seja, juiz distrital ou Circuit Court, quando não uma das formalidades processuais essenciais cumprida, o acima é suportada com critérios legais como segue:

Formalidades processuais essenciais. Eles são os únicos que garantem a defesa adequada e atempada antes do ato privativo. O direito a um processo previsto no artigo 14 da Constituição é dar ao governado a oportunidade de defesa antes do ato privativo de vida, liberdade, propriedade, bens ou direitos, e devido respeito exige que as autoridades, dentre

⁶ tesis 1ª./J. 139/2011, Semanario Judicial de la Federación y su Gaceta, Décima Época, No. Registro 160 509, Diciembre de 2011, p. 2057.

outras atribuições, a de que o julgamento continue "estão reunidas as formalidades processuais essenciais." Estes são o que são necessários para assegurar a proteção adequada antes do ato de privação e, em termos gerais, produzir os seguintes requisitos: 1) O aviso de início do procedimento e suas consequências; 2) A possibilidade de produzir e apresentar as provas em que a defesa se baseia; 3) a oportunidade de responder; e 4) A emissão de uma resolução, que aborda as questões levantadas. O incumprimento destes requisitos, seria cumprir a ordem do direito a uma audiência, que é para evitar o desamparo dos afetados.⁷

Isto porque também em artigos 159⁸ Y 160⁹ da Lei de Regulamentação dos artigos 103 e 107 da Constituição dos Estados Unidos Mexicanos, a presunção legal de que o upgrade é

⁷ tesis P./J. 47/95, Semanario Judicial de la Federación y su Gaceta, Novena Época, No. Registro 200234, Diciembre de 1995, p. 133.

⁸En los juicios seguidos ante tribunales civiles, administrativos o del trabajo, se considerarán violadas las leyes del procedimiento y que se afectan las defensas del quejoso: I.- Cuando no se le cite al juicio o se le cite en forma distinta de la prevenida por la ley; II.- Cuando el quejoso haya sido mala o falsamente representado en el juicio de que se trate; III.- Cuando no se le reciban las pruebas que legalmente haya ofrecido, o cuando no se reciban conforme a la ley; IV.- Cuando se declare ilegalmente confeso al quejoso, a su representante o apoderado; V.- Cuando se resuelva ilegalmente un incidente de nulidad; VI.- Cuando no se le concedan los términos o prórrogas a que tuviere derecho con arreglo a la ley; VII.- Cuando sin su culpa se reciban, sin su conocimiento, las pruebas ofrecidas por las otras partes, con excepción de las que fueren instrumentos públicos; VIII.- Cuando no se le muestren algunos documentos o piezas de autos de manera que no pueda alegar sobre ellos; IX.- Cuando se le desechen los recursos a que tuviere derecho con arreglo a la ley, respecto de providencias que afecten partes substanciales de procedimiento que produzcan indefensión, de acuerdo con las demás fracciones de este mismo artículo; X.- Cuando el tribunal judicial, administrativo o del trabajo, continúe el procedimiento después de haberse promovido una competencia, o cuando el juez, magistrado o miembro de un tribunal del trabajo impedido o recusado, continúe conociendo del juicio, salvo los casos en que la ley lo faculte expresamente para proceder; XI. En tratándose del procedimiento de extinción de dominio, todas aquellas violaciones cometidas en el mismo, salvo que se trate de violaciones directas a la Constitución o de actos de imposible reparación, y XII. En los demás casos análogos a los de las fracciones que preceden, a juicio de la Suprema Corte de Justicia o de los Tribunales Colegiados de Circuito, según corresponda.

⁹ En los juicios del orden penal, se considerarán violadas las leyes del procedimiento, de manera que su infracción afecte a las defensas del quejoso: I.- Cuando no se le haga saber el motivo del procedimiento o la causa de la acusación y el nombre de su acusador particular si lo hubiere; II.- Cuando no se le permita nombrar defensor, en la forma que determine la ley; cuando no se le facilite, en su caso, la lista de los defensores de oficio, o no se le haga saber el nombre del adscripto al juzgado o tribunal que conozca de la causa, si no tuviere quien lo defienda; cuando no se le facilite la manera de hacer saber su nombramiento al defensor designado; cuando se le impida comunicarse con él o que dicho defensor lo asista en alguna diligencia del proceso, o cuando, habiéndose negado a nombrar defensor, sin manifestar expresamente que se defenderá por sí mismo, no se le nombre de oficio; III.- Cuando no se le caree con los testigos que hayan depuesto en su contra, si rindieran su declaración en el mismo lugar del juicio, y estando también el quejoso en él; IV.- Cuando el juez no actúe con secretario o con testigos de asistencia, o cuando

considerado violado las leyes de proceso y afectar las defensas de los demandantes, esto es, ellos son definidos a ser actualizado una de las hipótesis legales en un caso particular y si se demuestra con técnica jurídica, el resultado debe ser una sentencia de amparo en el sentido de que el procedimiento es restaurado a partir del punto en que la infracción fue cometida, este objetivo será alcanzado a través del suministro probando la confianza en términos técnicos jurídicos necesarios.

Os testes com o amparo

O artículo 150 de la Ley de Amparo establece que la injunción es admisible en todos los tests, excepto para los cargos y contrarios a la moral o a la ley. No obstante, ellos solo pueden ser ofrecidos a evidencia que ha sido dada a la autoridad responsable, o de ser extraño al juicio o origen de amparo tercer procedimiento, ellos no han sido capaces de pagar para que la autoridad o, para algunos motivos no imputables al prestador del test fue impedido de ofrecerlo a la autoridad responsable. Esto es explicado en el sentido de que,

se practiquen diligencias en forma distinta de la prevenida por la ley; V.- Cuando no se le cite para las diligencias que tenga derecho a presenciar o cuando sea citado en forma ilegal, siempre que por ello no comparezca; cuando no se le admita en el acto de la diligencia, o cuando se la coarten en ella los derechos que la ley le otorga; VI.- Cuando no se le reciban las pruebas que ofrezca legalmente, o cuando no se reciban con arreglo a derecho; VII.- Cuando se le desechen los recursos que tuviere conforme a la ley, respecto de providencias que afecten partes substanciales del procedimiento y produzcan indefensión, de acuerdo con las demás fracciones de este mismo artículo; VIII.- Cuando no se le suministren los datos que necesite para su defensa; IX.- Cuando no se celebre la audiencia pública a que se refiere el artículo 20, fracción VI, de la Constitución Federal, en que deba ser oído en defensa, para que se le juzgue; X.- Cuando se celebre la audiencia de derecho sin la asistencia del Agente del Ministerio Público a quien corresponda formular la requisitoria; sin la del juez que deba fallar, o la del secretario o testigos de asistencia que deban autorizar el acto; XI.- Cuando debiendo ser juzgado por un jurado, se le juzgue por otro tribunal; XII.- Por no integrarse el jurado con el número de personas que determine la ley, o por negársele el ejercicio de los derechos que la misma le concede para la integración de aquél; XIII.- Cuando se sometan a la decisión del jurado cuestiones de distinta índole de la que señale la ley; XIV.- Cuando la sentencia se funde en la confesión del reo, si estuvo incomunicado antes de otorgarla, o si se obtuvo su declaración por medio de amenazas o de cualquiera otra coacción; XV.- Cuando la sentencia se funde en alguna diligencia cuya nulidad establezca la ley expresamente; XVI.- Cuando seguido el proceso por el delito determinado en el auto de formal prisión, el quejoso fuere sentenciado por diverso delito. No se considerará que el delito es diverso cuando el que se exprese en la sentencia sólo difiera en grado del que haya sido materia del proceso, ni cuando se refiera a los mismos hechos materiales que fueron objeto de la averiguación, siempre que, en este último caso, el Ministerio Público haya formulado conclusiones acusatorias cambiando la clasificación del delito hecha en el auto de formal prisión o de sujeción a proceso, y el quejoso hubiese sido oído en defensa sobre la nueva clasificación, durante el juicio propiamente tal; XVII.- En los demás casos análogos a los de las fracciones anteriores, a juicio de la Suprema Corte de Justicia o de los Tribunales Colegiados de Circuito, según corresponda.

quando uma pessoa teve oportunidade de apresentar elementos como perito, depoimento ou inspeção visual com a autoridade responsável e não fazer, não podem ser satisfeitas no abrigo, isso é tão porque o ato em questão deve ser apreciada enquanto eu tentava comparecer perante a autoridade responsável. Com as exceções previstas no artigo 150 da referida lei e que tenham sido citadas no indireta sob qualquer tipo de prova é admissível, o que significa que o indicado no artigo 93 do Código Federal de Processo Civil são aplicáveis em . termos do artigo 2º da Lei de Amparo, exceto a confissão, que são documentos públicos, documentos particulares, relatórios de peritos, inspeção judicial, testemunhas, fotografias, textos e notas taquigráficas e, geralmente, todos os elementos fornecidos pela descoberta da ciência e suposições.¹⁰

Os testes devem ser oferecidos na liminar são todos conhecidos ciência jurídica, como o perito, testimonial, documentário, presuntivo legal e humano, performances instrumentais, exceto para os cargos e que contraías são a moral eo direito de fazê-lo, deve-se considerar as regras específicas de cada um deles, no incidente de suspensão, nos termos do direta e indireta.¹¹

A oferta testar técnica jurídica de aderir às disposições da lei permitirá a admissão, o alívio ea avaliação em ensaios nos tribunais e na análise julgamento constitucional e precisamente neste ponto é onde a avaliar as provas, o juiz federal e apreciar que um ensaio não valorizar ou apreciar indevidamente apropriado conceder uma liminar no sentido de que aqueles sejam devidamente valorizados.

Considerando as evidências no julgamento de AMPARO

Para a avaliação adequada dos elementos de prova na liminar salientar que doutrinariamente tem sido considerado lá como sistemas de avaliação de provas, a convicção de livre sobre o juiz pode ter os elementos de prova e valor de acordo com os ditames de sua consciência e responsabilidade no cumprimento de sua função, isto é, que a sua avaliação fica a critério do juiz; sistema legal ou de provas avaliadas, que regras abstratas que se ligam pré disse o juiz, a maneira que deve avaliá-los, tornando-se um

¹⁰ Chávez Castillo, *Juicio de amparo*, Editorial Porrúa, México, Octava Edición, 2008, Raúl, pp.155-156.

¹¹ Ver los artículos 150, 151, 152, 153, 154 y 155 de la Ley de Amparo.

simples aplicador da lei, por nenhuma outra razão que o legislador, enquanto o sistema de som ou a crítica racional misto, é uma combinação dos anteriores, em que os meios de convicção são determinados por lei, mas o juiz pode aceitar ou procurar qualquer evidência de que poderia constituir uma prova, desde respeitando a forma jurídica relevante, há também liberdade para apreciação, ganhando especial relevância os princípios da identidade, da contradição, da razão suficiente, e os excluídos. Em nosso sistema legal mexicano, incorrer nestes três formas de avaliação das provas.¹²

Para a avaliação da prova são regras aplicáveis nos termos dos artigos 197 a 218 do Código Federal de Processo Civil, de modo que a confissão expressa na demanda ou qualquer outro relatório escrito às autoridades, a prova completa sem ela oferecida pelas partes litigantes, nos termos dos artigos 199 e 200 do Código, desde que seja transportado por uma pessoa com capacidade para cometer conscientemente e sem coerção ou violência, que se refere ao próprio fatos ou representados, sem esquecer que é suportado, aberturas e valores, o modo expresso ou confissão espontânea, mas não as posições sendo limitado pelo artigo 150 da Lei de Amparo.¹³

Além disso, a apreciação da prova no amparo, e qualquer outro julgamento, é uma formalidade à decisão judicial e não ao procedimento e considerou a jurisprudência em termos como os seguintes:

A avaliação é uma formalidade que diz respeito à substância da decisão judicial e não ao procedimento, com o fundamento de que, embora as formalidades essenciais do presente salvaguarda garantias defesa adequada e atempada antes do ato privativo, em termos de jurisprudência firmada 218 pelo plenário do Supremo Tribunal de Justiça da Nação, visível na página duzentos e sessenta, volume I, constitucional, nono período, o apêndice da Federação Judicial Weekly 1917-2000, sob o título "são o que garante adequada e oportuna defesa antes do ato privativo de valoração da prova. ", é necessário resolver a estrutura formal, seqüência, argumentativa e justificando a mesma resolução, a formulação dos princípios básicos da ordem lógica de congruência, coerência e contradição, aplicado

¹² Tondopo Hernández, Carlos Hugo, *Teoría y práctica del proceso de amparo indirecto en materia administrativa*, Editorial Porrúa, México, 2008, p.553.

¹³ Ídem.

diretamente em expor os argumentos de apoio à decisão e, se for caso disso, justificar o propósito persuasivo. Segundo Colegiada Tribunal do Primeiro Circuito Criminal.¹⁴

Admissão, estudo e avaliação de provas no amparo constitui uma parte substancial do direito de audiência consagrado no artigo 14 da Constituição Federal, eles estabeleceram os tribunais colegiados circuito através da jurisprudência nos seguintes termos :

O direito a uma audiência, que a redação do artigo 14 da Constituição refere-se a integrar não só admitindo provas das partes, mas também expressar as razões específicas, se for o caso, essas provas são ineficazes julgamento dos responsáveis. Portanto, se a resolução encerrou um procedimento era totalmente omissa em fazer qualquer referência a elementos de prova apresentados pelo autor da denúncia, hoje, é claro que houve uma violação da norma constitucional invocado, o que dá motivo para conceder a reparação solicitada independentemente de o conteúdo dessas provas serão ou não influenciar a decisão final pela regra. Tal abordagem, que está em harmonia com os princípios legais que dão a autoridade administrativa o poder de conceder para testar o valor que cria sábio, é consistente também com a tendência jurisprudencial que visa prevenir órgão de controle constitucional substituição material, às autoridades responsáveis, em uma área que corresponde exclusivamente a eles como ela é, sem dúvida, a apreciação das provas apresentadas a eles durante a tramitação dos processos.¹⁵ De que é a falta de apreciação e avaliação inadequada das provas pelo juiz, irá resultar na obtenção de uma sentença de amparo, no sentido de que a conduta omitida pela autoridade responsável são feitas.

O JULGAMENTO DE AMPARO DE EFEITOS

As sentenças, como um dos pressupostos no ato protecção em causa pode ser a mais complexa de todas. A decisão de um conflito envolve avaliar os aspectos de legalidade, mas também pode envolver a aplicação de qualquer disposição ou disposições no amparo direto pode combinar as peculiaridades e problemas sob a cessação onde os problemas de legalidade são estudados, bem como a protecção contra as leis que lida com questões de

¹⁴ tesis 1.2 o. P.J./30, Semanario Judicial de la Federación y su Gaceta, Novena Época, No. Registro 166586, agosto de 2009, p. 1381.

¹⁵ tesis 1.3 o. A.J./29, Semanario Judicial de la Federación y su Gaceta, Novena Época, No. Registro 195182, noviembre de 1998, p. 442.

constitucionalidade. O estudo dos conceitos de estupro, que são as questões sobre as "patologias" de uma declaração, acho que exige, como um orçamento metodológico, uma referência superficial à estrutura e validade formal da decisão, como o substrato básico e uma referência necessária para a funcionalidade.¹⁶

As garantias jurídicas são direito de petição a autoridade para responder a qualquer acordo solicitação por escrito; retroactividade da lei; disenfranchisement apenas por tentativa seguiu as formalidades do processo; Estado de direito; proibição da analogia e da razão na maioria dos julgamentos criminais; princípio da autoridade; injunção escrito, fundada e motivado, para ser incomodado no indivíduo, família, lar, documentos ou bens; único com um mandado de prisão; abolição da prisão por dívidas puramente civis; proibição de fazer justiça com as próprias mãos; administração rápida e eficaz da justiça; prisão preventiva apenas para crimes para os quais o castigo corporal; garante ordem de detenção; garante o acusado em todos os processos criminais; proibição de degradar punição e transcendente; ninguém pode ser julgado duas vezes pelo mesmo crime; e julgamentos penais não pode ter mais de três instâncias.¹⁷

Considerando a estrutura formal de uma frase que normalmente integram as seguintes partes: dados de identificação, cabeçalho, resultando considerando, parágrafos, pé e de oposição. Os dados de identificação são o número de julgamento, o nome do autor da denúncia, o nome do juiz relator e secretário; o cabeçalho, é estruturado como o seguinte exemplo: "México, Distrito Federal. Acordo XX Civil Colegiada Tribunal do Primeiro Circuito, correspondente a 5 de agosto de dois mil. Assisti a transcrição do julgamento proteção direta da sociedade civil 156/2005 "; o resultante contém o relato sucinto do julgamento das questões ou factos em causa, e as provas que se rendeu, algumas leis processuais prescrever o conteúdo mínimo, em cada caso, os conteúdos dependem do estilo de cada tribunal, o tipo de matéria que a decisão é proferida e questões processuais; considerando, é o capítulo do julgamento em que conter os motivos ou razões de direito em que se baseia a decisão, por exemplo, em um amparo indireto, haverá um ponto para

¹⁶ Tron Petit, Jean Claude, *Argumentación en el amparo*, Tercera Edición, Editorial Porrúa, México, 2012, p.5

¹⁷ Carbonell, Miguel, Coord., *Diccionario de derecho constitucional*. Carpizo, Jorge y Carbonell, Miguel, *Garantías individuales*. Editorial Porrúa y Universidad Nacional Autónoma de México, México, 2002, p.264.

estudar a competência do juiz, uma para o reivindicado ato certeza e outro para estudar as causas de nulidade; parágrafos, o conteúdo dos parágrafos é normativo, de modo que a menção deve seguir as regras para os padrões de desenho, deve ser clara, precisa e concisa, sem frescura ou retórica. Normalmente, as orações são feitas no tempo presente; fundo da sentença, é a legenda com o julgamento, no qual se afirma que a sentença foi proferida pelo juiz antes de autorizar ou secretário atesta concluído; eo parecer divergente, parte da frase em que um dos juízes expressaram os motivos pelos dissidentes da maioria, no caso em que os juízes dissidentes mais expostos a um e tudo em um único texto as razões que não concorda com a maioria, o voto é chamado de "voto minoritário".¹⁸

No entanto, nas sentenças proferidas na ciência do direito processual constitucional, você deve sempre levar em conta os princípios consagrados no direito processual, tais como: a relatividade de julgamentos pelo qual apenas cobre e protege o indivíduo Tenho solicitados a protecção dos tribunais federais, embora este princípio tende a ser superado; definição clara e precisa ato em questão; a avaliação dos elementos de prova a ser mostrada ou não os factos denunciados; os motivos de demissão, de negar ou conceder a protecção, bem como parágrafos; a apreciação do acto em causa, uma vez que parece demonstrado à autoridade responsável; consideração das provas para demonstrar a existência do ato reclamado e sua constitucionalidade, cumprindo o objeto das decisões de amparo, que é o de restaurar o indivíduo no gozo de segurança individual ou direito fundamental violado e, no caso de sentenciar para efeitos, considera-se ter o escopo para determinar que o procedimento é restaurado a partir do ponto em que a infracção foi cometida.

ÂMBITO DO ACÓRDÃO DO AMPARO DE EFEITOS

Material e todas as declarações têm um efeito, mas é necessário as garantias de protecção para especificar o que aqueles a fim de não causar confusão em lacunas de conformidade e evitar deixar o responsável, para que eles possam ficar lá e chicana atrasar a implementação das resoluções de protecção; portanto, os efeitos são resumidas sem expor as razões, o alcance da sentença de amparo, se que certos testes são valorizados e decisão seja tomada

¹⁸ Orduña Sosa, Héctor, *Redacción judicial, cuaderno de trabajo 4*, Editorial Porrúa, México, 2008, pp. 3-10.

imediatamente para um procedimento e de que fase é repostado, como eles devem ser resolvidos.¹⁹

Um fundo histórico como um exemplo claro do âmbito de aplicação das ordens de amparo para o efeito, é os seguintes critérios legais: apelo no sentido da desconcentração. Constitucionalidade dos artigos 636 e 668 do Código de Processo do Estado de Michoacan Civil.

Os artigos 636 e 668 do Código de Processo do Estado de Michoacan Civil não violam os artigos 14 e 16 da Constituição dos Estados Unidos Mexicanos, para estabelecer a possibilidade de executar a sentença de primeira instância, quando o partido que tinha ajudado a dar segurança suficiente para garantir tanto a substituição do estado de coisas mantidos como pagamento por danos. Daqui resulta que estes artigos não ocorrer à custa dos indefesos parte vencida mas, pelo contrário, restabelecer o equilíbrio entre as exigências da justiça e velocidade; Além disso, estabelece os requisitos para manter a questão litigiosa, durante a pendência do recurso, porque se é verdade que não tenha concluído o julgamento, sendo pendente o recurso mencionado, por isso é que a privação de direitos, a parte perdedora, não é definitiva, uma vez que, por disposição expressa do artigo 668, o ator é obrigado a fornecer segurança adequada para a execução de sentenças. Esta garantia cobre o retorno da coisa, seus frutos e interesses, bem como indemnização por danos, se a decisão for revogada. Assim, se o julgamento do supervisor hierárquico é favorável ao recorrente, a parte que foi favorecido pelo acórdão recorrido é obrigado a devolver a propriedade ao seu homólogo não existe, portanto, privação definitiva.²⁰

Agora, é importante para determinar se a violação do direito fundamental é um ato de propriedade ou desconforto pela autoridade para os governados, porque vai levar ao alcance do acórdão nos abrigos para efeitos e determinar a diferença substantiva entre um ato de autoridade privada e um ato de autoridade aborrecimento, o seu elemento essencial é

¹⁹ *Ibidem*, p.567.

²⁰ *Jurisprudencia./J., Semanario Judicial de la Federación y su Gaceta, Octava Época, No. Registro 205930; Pleno; Tomo IV, Primera parte, Julio- Diciembre de 1989; pág. 127.*

definido pelos seguintes critérios legais, deve-se distinguir entre a origem eo efeito do ato lesivo eo ato de privação:

Assim, sustenta que: Artigo 14 da Constituição dos Estados, em seu segundo parágrafo, que ninguém pode ser privado da vida, liberdade ou propriedade, bens ou direitos, sem um julgamento perante tribunais já estabelecidos em essencial que o devido processo legal é observado em conformidade com as leis promulgadas antes do fato; enquanto o artigo 16 da mesma Planejamento Supremo determina, no seu primeiro parágrafo, que ninguém pode ser molestado na sua pessoa, família, lar, documentos ou bens, exceto por ordem escrita da autoridade competente, que derrete e motivar a causa jurídica processual. Portanto, a Constituição Federal distingue e regula de forma diferente os atos privativos relativas a actos de perturbação, para o primeiro, que são aqueles que produzem o efeito de reduzir, prejuízo, ou remoção permanente de um governador direita, autoriza somente através do cumprimento de determinadas condições previstas no artigo 14, tais como a existência de um processo instaurado perante um tribunal previamente estabelecido que atenda as formalidades essenciais do processo e as leis emitidas antes da lei aplicam- Eu tentei. No entanto, os actos de incômodo que apesar envolvimento constituem a esfera jurídica dos governados, não produzir os mesmos efeitos que o ato de propriedade, porque restringir apenas temporariamente ou de direito preventivo, a fim de proteger determinados interesses jurídicos, Ela autoriza, como previsto no artigo 16, desde que precedem escrito fim girado por uma autoridade com competência legal para fazê-lo, onde está a propriedade e causa jurídica do procedimento. Agora, para esclarecer a constitucionalidade de um ato de autoridade desafiada como proprietário, você deve especificar se ela é verdadeira e, portanto, requer o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo primeiro desses números, ou se um ato de os efeitos nocivos e, por conseguinte, é suficiente o cumprimento com os requisitos da segunda exige. Para fazer essa distinção deve ser aconselhado a fim de que o ato é perseguido, isto é, se a privação de um bem corpóreo ou incorpóreo é o objectivo inerente prosseguido pelo acto de autoridade, ou se, pela sua natureza tende a apenas um restrição provisória.²¹

²¹ Jurisprudencia P./J. 40/96, Semanario Judicial de la Federación y su Gaceta, Novena Época, No. Registro 200 080; Pleno; Tomo IV, Julio de 1996, pág. 5.

CONCLUSÃO

Considerando que o direito fundamental do devido processo legal, que é creditado, sem dúvida, é um direito fundamental no México e, uma vez analisado o conceito jurídico de protecção dos efeitos, pode-se concluir que, de acordo com a lei existente não é um obstáculo análises o direito fundamental do devido processo legal e que o alcance final da protecção para o efeito, é precisamente para garantir o direito fundamental do devido processo legal. Mas a partir de que, quando há uma violação de um direito fundamental, é um alívio suave, no entanto, é preciso considerar os direitos da terceira parte no julgamento constitucional, bem como a responsabilidade administrativa da autoridade responsável para continuar as linhas investigação.

Uma resposta possível para as questões levantadas, é que em vez da prática quase diária de juízes federais de concessão de protecção no sentido de que violou a garantia sem fazer uma avaliação abrangente do arquivo é restaurado, pelo qual eles podem superar outras violações existentes na época, para enchê-los todos e até de abrigo pura e simples se for caso disso, seria uma atitude fiador em conformidade com o disposto no artigo primeiro constitucional e não um obstáculo à protecção para os fins e concedido, o direito fundamental do devido processo legal.

Bibliografía

- Carbonell, Miguel, Coord., Diccionario de derecho constitucional. Carpizo, Jorge (2002),
Garantías individuales. Editorial Porrúa y Universidad Nacional Autónoma de
México, México. Carbonell, Miguel, Coor., Diccionario de derecho constitucional,
Soberanes
- Chávez Castillo, Raúl (2008), Juicio de amparo, Editorial Porrúa, México, Octava Edición.
- Fernández, José Luis (2002), Garantías constitucionales, Editorial Porrúa y Universidad
Autónoma de México, México.

- Lelo de Larrea, Arturo Zaldívar, coord., volumen, Derecho procesal constitucional. Ferrer Mac-Gregor, Eduardo y Pelayo Moller, Carlos María (2012). La obligación de respetar y garantiza los derechos humanos a la luz de la jurisprudencia de la Corte Interamericana. Una fuente convencional del derecho Procesal Constitucional Mexicano. Editorial Porrúa y Centro de Investigación e Informática Jurídica, México, pp.241-243.
- Orduña Sosa, Héctor (2008), Redacción judicial, cuaderno de trabajo 4, Editorial Porrúa, México.
- Tondopo Hernández, Carlos Hugo (2008), Teoría y práctica del proceso de amparo indirecto en materia administrativa, Editorial Porrúa, México.
- Tron Petit, Jean Claude (2012), Argumentación en el amparo, Tercera Edición, Editorial Porrúa, México.
- IUS (2011), Poder Judicial de la Federación, Suprema Corte de Justicia de la Nación.